

A inserção do adulto maior de 40 anos no mercado de trabalho: ocupação e desemprego na RMPA

Norma Herminia Kreling*

Socióloga da FEE.

Resumo

Neste artigo, tem-se como objetivo conhecer e avaliar as condições do segmento maior de 40 anos no mercado de trabalho. A redistribuição da população na pirâmide etária, evidenciada pelo envelhecimento da população na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), elevou, significativamente, a participação desse trabalhador como um dos principais componentes da População Economicamente Ativa (PEA). As modificações ocorridas no mundo do trabalho, através do processo de reestruturação produtiva e organizacional, a partir dos anos 90 tornaram esse segmento mais suscetível às adversidades do mercado de trabalho, apreendidas através do maior crescimento do desemprego e da ampliação de várias formas de precarização da mão-de-obra.

Palavras-chave

Trabalhadores com 40 anos ou mais; mercado de trabalho; desemprego.

Abstract

This article is concerned with studying and evaluating the working conditions of the segment of the population with 40 years old and over in the labor market.

* A autora agradece aos colegas do Núcleo de Análise da PED-RMPA, Miriam De Toni, Irene M. Sassi Galeazzi, Raul Luís A. Bastos e Roberto da Silva Wiltgen, pelos comentários e sugestões à versão preliminar deste texto, bem como a um dos pareceristas anônimos(as) desta revista pela importante contribuição ao aprimoramento do mesmo. Agradece, ainda, em especial, à auxiliar técnica Ana Paula Sperotto (DIEESE), pela valiosa colaboração no tratamento estatístico dos dados, que possibilitou o desenvolvimento deste trabalho.

During the nineties this group significantly increased its participation in the Active Population of the Metropolitan Area of Porto Alegre. Changes in the process of production and in work organization negatively affected this segment of the labor force. The research shows that in this group the growth of unemployment was the highest and that precarious forms of work experienced a considerable increase.

**Os originais deste artigo foram recebidos
por esta Editoria em 17.12.03.**

1 - Introdução

As transformações ocorridas na economia brasileira, principalmente a partir dos anos 90, com a abertura comercial e com o processo de reestruturação produtiva e organizacional determinaram profundas modificações na estrutura do mercado de trabalho, impondo uma nova dinâmica de funcionamento. Essas alterações repercutiram fortemente sobre os níveis de emprego, afetando os setores mais estruturados da economia e, conseqüentemente, envolvendo importantes segmentos da força de trabalho através da ampliação do desemprego e do incremento de várias formas de precarização da mão-de-obra. Assim, as relações informais de trabalho — o trabalho assalariado sem carteira e o trabalho por conta própria — passaram a se desenvolver intensamente no mercado de trabalho.

Nesse cenário, ressentem-se tanto aqueles grupos que anteriormente eram considerados mais protegidos das adversidades do mercado de trabalho — chefes de domicílio, adultos com idade superior a 25 anos e, em especial, aqueles com 40 anos ou mais e, até mesmo, os trabalhadores mais escolarizados —, quanto aqueles que tradicionalmente eram considerados mais vulneráveis — jovens, mulheres, negros, idosos, etc.

A mudança de rumos da atividade econômica, sustentada por uma modernização produtiva através de tecnologias e técnicas organizacionais inovadoras, demanda, do trabalhador, uma nova postura que exige tanto a ampliação de novos conhecimentos quanto a existência de habilidades que são essenciais na integração ao processo produtivo. Nesse novo contexto, a qualificação passa a

ser palavra de ordem no mercado de trabalho, exigindo como pré-requisito um nível de escolaridade mais elevado. Esse modelo atinge indiscriminadamente todos os trabalhadores, ficando, no entanto, mais difícil a adaptação às novas mudanças por parte dos indivíduos com mais idade, acostumados, ao longo da vida profissional, com um modo mais tradicional de trabalho, que não requeria uma maior qualificação. Por outro lado, eles terão que competir com os trabalhadores mais jovens no mercado de trabalho, os quais já contemplam uma formação mais voltada à nova realidade e às novas tecnologias.

Além do mais, os trabalhadores, à medida que envelhecem, tendem a ser discriminados pela mentalidade existente na empresa e na sociedade, que, não raro, os classifica como pessoas que têm relativamente menor capacidade de trabalho. Essa percepção em relação à idade, ao mesmo tempo em que rotula as pessoas, induz os trabalhadores a um sentimento de frustração e marginalização, subtraindo expectativas favoráveis para o futuro. Daí, muitas vezes, a dificuldade desse segmento em conseguir uma nova ocupação no mercado de trabalho após um longo período de desemprego ou, até mesmo, após a aposentadoria.

Diante desse quadro, vêm crescendo as preocupações em relação à inserção e/ou à reinserção do trabalhador adulto com mais idade. Na União Européia, por exemplo, surgem várias medidas de políticas públicas e sociais de emprego voltadas aos trabalhadores maduros, seja de inserção no mercado de trabalho para os desempregados de longa duração, maiores de 45 anos de idade, seja de prolongamento da vida profissional ativa.¹ No Brasil, entre as políticas adotadas, encontram-se alguns programas que têm o objetivo de combater e minimizar os problemas da exclusão e do preconceito que os indivíduos com mais idade vêm enfrentando ao buscarem a sua recolocação no mercado de trabalho. Dentre eles, pode-se citar o programa Começar de Novo, executado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, para o atendimento de uma população de baixa renda com idade de 40 anos ou mais.

Há que se considerarem, ainda, as transformações demográficas ocorridas, nos últimos anos, no Brasil, que repercutiram profundamente sobre a distribuição etária da população adulta do País. O processo de envelhecimento da população vem ocorrendo intensamente em consequência das mudanças no comportamento das variáveis demográficas — fecundidade e mortalidade —,

¹ Exemplos disso são, no caso da Espanha, o Real Decreto nº 781/2001, de 06 de julho, o qual regula, para o ano 2002, um programa de renda mínima de inserção (*renta activa de inserción*) para trabalhadores em desemprego de longa duração, com mais de 45 anos de idade, e, no da Bélgica, o **Parecer do Comitê Econômico e Social Sobre os Trabalhadores Idosos**, de 19 de outubro de 2000.

que, além das variações no ritmo de crescimento total da população, determinaram importantes transformações na sua estrutura etária. Essas alterações se refletem no aumento da participação relativa da população adulta e, em especial, da idosa² em relação aos demais grupos etários, ocorrendo, conseqüentemente, uma diminuição relativa dos grupos mais jovens.

Tal redistribuição da pirâmide etária da população tem demandado uma reavaliação das estratégias de planejamento por parte do Estado, direcionadas a políticas públicas e sociais no âmbito da família, do emprego e da sociedade. No mercado de trabalho, essa evolução pode afetar, profundamente, a composição etária da População Economicamente Ativa (PEA).³ De fato, tem-se observado aumento da proporção de pessoas adultas com 40 anos ou mais no mercado de trabalho, elevando esse segmento a um dos principais componentes da população ativa, igualando-se àquele que, tradicionalmente, sempre ocupou maior espaço na PEA — o de adultos com 25 a 39 anos. Adicionalmente, esse segmento com mais idade, que acumula experiência, responsabilidade e conhecimento adquiridos ao longo da vida profissional, detém posição importante na família, seja pela posição de chefe, que geralmente ocupa, seja pela forte contribuição que sua renda representa no orçamento familiar.

Destaca-se, ainda, ser este estudo um esforço de caráter preliminar, uma vez que a literatura pouco tem tratado especificamente sobre as condições do trabalhador adulto com 40 anos ou mais no mercado de trabalho, a não ser referências pontuais encontradas em alguns estudos que destacam, por exemplo, o expressivo crescimento, na última década, das taxas de desemprego desse segmento, aumentando a sua participação no contingente desempregado.⁴

As considerações acima embasam o presente estudo, que tem como objetivo conhecer e avaliar as condições desse segmento mais maduro e experiente da população enquanto integrante da força de trabalho, colocando em evidência alguns dados que possam descrever a situação em que se encontram esses trabalhadores frente às modificações ocorridas na estrutura e nas condições de funcionamento do mercado de trabalho nos últimos anos, através do

² A esse respeito, ver estudo realizado por Kreling (2002).

³ Consideram-se economicamente ativas as pessoas com idade de 10 anos ou mais inseridas no mercado de trabalho, seja na condição de ocupadas, seja na de desempregadas.

⁴ Nesse sentido, o estudo de Xavier Sobrinho *et al.* (2000), **Mercado de Trabalho no Rio Grande do Sul, nos Anos 90**, destaca como fato mais marcante da década o crescimento do desemprego proporcionalmente maior para grupos que eram considerados anteriormente mais estáveis no mercado de trabalho: chefes de domicílio, adultos (especialmente aqueles com 40 anos ou mais) e, ainda, os trabalhadores mais escolarizados.

processo de reestruturação produtiva e organizacional. Com isso, pretende-se colocar à disposição da sociedade informações que possam contribuir para o debate e o delineamento de políticas públicas e sociais que conduzam ao atendimento das necessidades desse segmento, sobretudo quando se levam em consideração as novas tendências demográficas de envelhecimento populacional que vêm interpondo desafios a serem enfrentados tanto no nível da família, quanto no do emprego e no da sociedade.

Para compor este estudo, são tomadas como base as informações coletadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA)⁵, região esta que concentra, praticamente, um terço da população do Rio Grande do Sul e onde se manifestam, de modo mais eloqüente, as transformações recentes no mundo do trabalho. O estudo procede da análise comparativa de três segmentos populacionais: jovens com idade de 10 a 24 anos, adultos de 25 a 39 anos e adultos com 40 anos ou mais, sendo que sobre este último recai o foco da análise. Os dados analisados referem-se às médias anuais dos anos de 1993 e 2002. A análise utiliza-se, ainda, do recorte por gênero, tendo em vista a existência de acentuada discriminação, colocando em evidência a maior fragilidade das condições das mulheres adultas maiores de 40 anos *vis-à-vis* às dos trabalhadores masculinos nessa faixa etária.

O desenvolvimento deste estudo compreende, além desta introdução e das **Considerações Finais**, três seções. A primeira descreve a participação do segmento adulto com 40 anos ou mais na População Economicamente Ativa e os efeitos demográficos. A segunda dá ênfase às várias formas de inserção na ocupação, e, por último, a terceira enfoca a problemática do desemprego enfrentada por esse segmento.

2 - A participação na População Economicamente Ativa e os efeitos demográficos

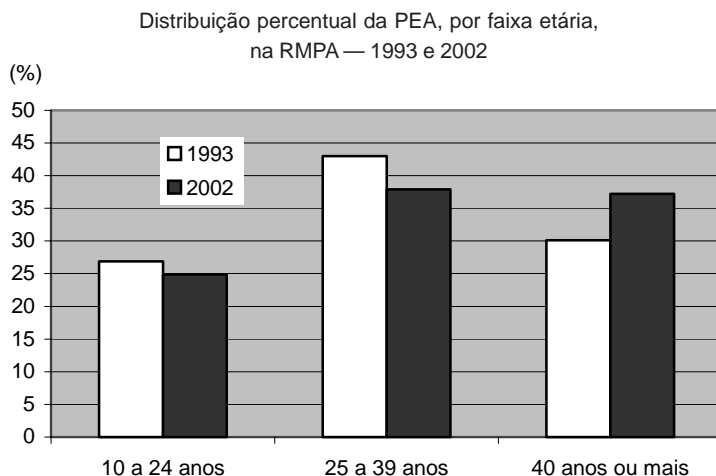
Os dados da PED-RMPA mostram que, em 2002, os adultos com 40 anos ou mais compunham 40,9% da População em Idade Ativa total (indivíduos

⁵ A PED-RMPA vem sendo executada, desde abril de 1992, pelo convênio celebrado entre a FEE, a FGTAS/SINE-RS, o SEADE-SP e o DIEESE. Tem como objetivo conhecer e acompanhar a situação do mercado de trabalho regional através de levantamento sistemático, com periodicidade mensal, de dados sobre emprego, desemprego e rendimentos da População

maiores de 10 anos de idade), estando 7,1 pontos percentuais acima da parcela registrada em 1993. Considerando-se a estimativa da população nessa faixa etária, tal evolução representa um incremento de 46,0% (389 mil pessoas), ou seja, de 846 mil indivíduos em 1993 aumentou para 1.235 mil em 2002. Tal resultado denota a intensidade do envelhecimento populacional ocorrido na Região.

Essa redistribuição da pirâmide etária, evidenciada pelo envelhecimento da população metropolitana, repercute na composição etária da PEA regional, que se expandiu significativamente de 1993 a 2002: o segmento adulto com idade de 40 ou mais cresceu 50,2%, enquanto os segmentos de indivíduos mais jovens apresentaram redução (Gráfico 1). Na comparação com a PEA total, cujo incremento foi de 21,6% no mesmo período, é significativo o elevado crescimento desse segmento mais adulto. Outro indicador relevante para demonstrar o envelhecimento da PEA metropolitana é a idade média dessa população, que passou de 33,5 anos em 1993 para 35,3 em 2002.⁶

Gráfico 1



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Economicamente Ativa. A PED vem sendo realizada também nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador e no Distrito Federal.

⁶ Em termos comparativos, note-se que, segundo o **Parecer do Comitê Econômico e Social Sobre os Trabalhadores Idosos**, de Bruxelas, a idade média do trabalhador, na Europa, em 2000, era de 40 anos.

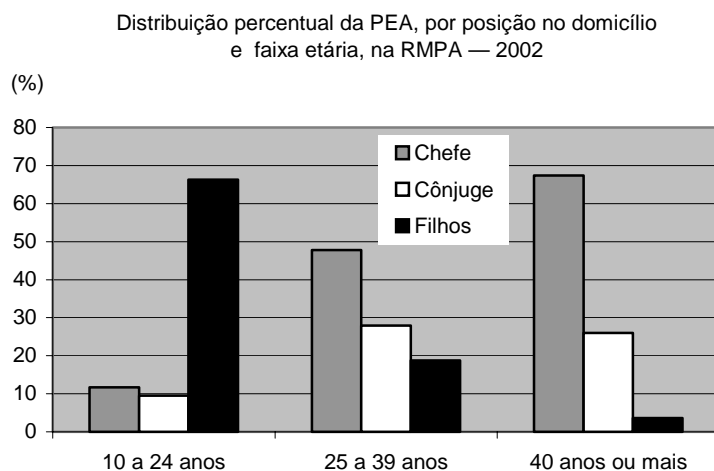
A participação do contingente adulto com idade de 40 anos ou mais no total da População Economicamente Ativa, em 2002, alcançou 37,2%, representando um incremento de 7,1 pontos percentuais em relação a 1993, quando sua participação na PEA era de apenas 30,1%. Com isso, esse segmento alcançou, em 2002, praticamente a mesma proporção observada entre os indivíduos adultos mais jovens, com idade entre 25 e 39 anos, que, nesse ano, obtiveram uma participação de 37,9%, enquanto, em 1993, representavam 43,0% do total da PEA. Estes últimos, portanto, que tradicionalmente detinham a maior parcela na PEA, sofreram uma redução de 5,1 pontos percentuais na sua participação. Segundo o Gráfico 1, pode-se verificar que tanto os jovens de 10 a 24 anos quanto os adultos jovens de 25 a 39 anos diminuíram sua participação na PEA de 1993 a 2002, enquanto os adultos com 40 anos ou mais foram os únicos a aumentar sua participação no mercado de trabalho, nesse período. Tais alterações na estrutura etária da PEA denotam que os trabalhadores, em média, se encontram com mais idade.

Considerando-se apenas a faixa etária dos adultos com 40 anos ou mais, observa-se que 52,2% deles participavam no mercado de trabalho em 2002 — 47,2% estavam na condição de ocupados, e 5,0%, na de desempregados. Desse modo, os 47,8% restantes encontravam-se na inatividade. Assim, a taxa de participação — indicador que expressa a proporção das pessoas com 10 anos ou mais de idade que estão ativas no mercado de trabalho, quer como ocupadas, quer como desempregadas — cresceu de 50,8% em 1993 para 52,2% em 2002, obtendo um aumento de 2,8%.

Na análise da distribuição das populações feminina e masculina adultas com 40 anos ou mais, por condição de atividade, apenas 37,2% das mulheres estavam ocupadas, e 4,4%, desempregadas em 2002, enquanto 60,0% dos homens nessa faixa etária trabalhavam, e 5,9% eram desempregados. Assim, na condição de inatividade, predominavam as mulheres (58,4% contra 34,0% para os homens). No entanto, no período analisado, a taxa de participação cresceu apenas para as mulheres, enquanto caiu para os homens na faixa etária considerada. Entre as mulheres, a taxa que era de apenas 35,5% em 1993 passou para 41,5% em 2002, obtendo um crescimento de 16,9%, ao passo que, para os homens, houve recuo de 69,3% para 65,8% respectivamente, diminuindo sua participação na PEA em 5,3%. O crescimento dessa parcela da população feminina no mercado de trabalho pode ter sido um reflexo do aumento da participação da mulher na força de trabalho como um todo, observado nas últimas décadas, conduzindo a maiores taxas de participação também para as mulheres mais maduras. Assim, a proporção de mulheres, na PEA, com 40 anos ou mais representava 44,3% contra 55,7% de homens em 2002.

A posição ocupada pelo indivíduo no núcleo familiar é um fator importante para a sua maior ou menor participação no mercado de trabalho. Ao se examinar a População Economicamente Ativa segundo a posição do indivíduo no domicílio de residência, constata-se que a responsabilidade em manter a família recai, principalmente, sobre o segmento adulto com idade de 40 anos ou mais. De fato, segundo dados da Pesquisa, em 2002, 67,4% do total dos indivíduos ativos nessa faixa etária eram representados por chefes, enquanto, entre os adultos mais jovens, com idade entre 25 e 39 anos, o percentual de chefes ficava reduzido para 47,8%, e, entre os jovens de 10 a 24 anos, os chefes representavam apenas 11,7% (Gráfico 2). Ainda, se se considerar o total de trabalhadores que ocupavam a posição de chefe no domicílio, observa-se que mais da metade deles (54,4%) era constituída por adultos com 40 anos ou mais.

Gráfico 2



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Enfim, dada a importância do segmento adulto com 40 anos ou mais, seja pela posição que ocupa no núcleo familiar, seja pela ampliação de sua presença na PEA, colocando-o como um dos mais expressivos contingentes populacionais, examinar-se-á a sua participação no mercado de trabalho, dando ênfase às várias formas de inserção na ocupação.

3 - Ocupação e condições de trabalho

De forma geral, o envelhecimento da PEA reproduz o mesmo comportamento no sentido da distribuição etária da ocupação. Assim, os trabalhadores com 40 anos ou mais também aumentaram sua participação no contingente de ocupados, passando de 32,2% em 1993 para 39,7% em 2002, alcançando proporção similar à dos adultos na faixa de 25 a 39 anos, cuja participação foi reduzida de 44,2% para 39,1% respectivamente. Os mais jovens, de 10 a 24 anos, também apresentaram diminuição na participação entre os ocupados, embora em ritmo menor, passando de 23,6% para 21,2% no mesmo período.

No que concerne ao segmento feminino, é importante observar que a sua participação vem aumentando consideravelmente entre a população ocupada para todas as faixas etárias, sendo com mais intensidade entre as mulheres adultas com idade de 40 anos ou mais, cuja parcela passou de 38,1% em 1993 para 43,8% em 2002. Note-se que é relativamente comum para a população feminina dessa faixa etária se dedicar mais ao trabalho, dada a diminuição de suas responsabilidades maternas.

Ao longo do período que se está analisando, realizaram-se importantes mudanças no perfil da ocupação, produzindo um quadro de incertezas e inseguranças para a grande maioria dos trabalhadores, através da ampliação do desemprego e da configuração da precarização das condições e das relações do trabalho, que vêm atingindo, generalizadamente, todos os indivíduos.

O incremento da precarização do trabalho é um fenômeno que já vem se consolidando no mercado de trabalho, envolvendo parcelas importantes da População Economicamente Ativa, com significativas perdas nas posições mais formalizadas e com um maior número nas ocupações mais precárias, conforme revela a análise das diferentes formas de inserção da população na ocupação. Segundo a Tabela 1, o único segmento populacional em que perderam participação as ocupações assalariadas do setor privado foi o dos adultos com 40 anos ou mais (de 40,0% em 1993 para 37,3% em 2002), perdendo, igualmente, participação as ocupações assalariadas do setor público (de 18,3% para 15,2%). Por outro lado, no segmento adulto com mais idade, tiveram suas participações ampliadas as ocupações consideradas mais precárias: trabalhadores autônomos (de 22,9% para 24,5%) e serviços domésticos (de 6,4% para 9,4%).

Na distribuição do total de ocupados, 17,5% ocupavam a posição de autônomos em 2002. Porém, se se considerar apenas o conjunto dos trabalhadores com 40 anos ou mais, observa-se uma maior concentração deles nessa posição, atingindo cerca de um quarto do contingente (24,5%). Para os demais grupos etários, a categoria de autônomos tem participação menos expressiva:

15,5% para o de 25 a 39 anos e 7,9% para o de 10 a 24 anos. Destaca-se, ainda, para os adultos com 40 anos ou mais, a maior concentração na posição de empregador quando comparada com a de outros grupos etários.

Tabela 1

Distribuição percentual dos ocupados, por posição na ocupação e faixa etária, na RMPA — 1993 e 2002

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1993				2002			
	Total	10 a 24 Anos	25 a 39 Anos	40 Anos ou Mais	Total	10 a 24 Anos	25 a 39 Anos	40 Anos ou Mais
TOTAL DE OCUPADOS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados	67,9	79,9	68,5	58,3	65,5	83,3	68,9	52,5
Setor Privado	52,8	72,1	51,9	40,0	53,3	74,7	57,8	37,3
Com carteira	45,8	58,1	46,8	35,4	43,3	53,3	50,1	31,2
Sem carteira	7,0	14,0	5,1	4,6	10,0	21,4	7,7	6,1
Setor Público	15,1	7,8	16,6	18,3	12,2	8,6	11,1	15,2
Autônomos	16,5	8,3	16,2	22,9	17,5	7,9	15,5	24,5
Domésticos	6,1	6,2	5,8	6,4	7,2	4,2	6,8	9,4
Empregador	3,8	(1)-	4,1	5,5	4,2	(1)-	4,1	6,2
Outros (2)	5,7	4,8	5,4	6,5	5,6	3,8	4,7	7,4

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria. (2) Engloba profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

Desagregando-se a posição na ocupação por sexo com relação ao contingente de trabalhadores com 40 anos ou mais, observa-se que, em 2002, 29,1% dos homens trabalhavam como autônomos, enquanto, entre as mulheres, essa categoria atingia apenas 18,6%. Destacam-se, ainda, os serviços domésticos para o segmento feminino (20,5%) e a categoria de empregadores para o masculino (8,2%). Com relação a 1993, esses contingentes evoluíram significativamente: naquele ano, os autônomos representavam 24,2% dos homens ocupados, e os empregadores, 7,3%; entre as mulheres, a parcela das empregadas domésticas correspondia a 15,9% do total de ocupadas.

De fato, estudos vêm mostrando que os trabalhadores autônomos se caracterizam pela presença majoritária de homens e de indivíduos de faixas etárias

mais elevadas,⁷ em especial aqueles com 40 anos ou mais. São trabalhadores que sofrem maior pressão no sentido de permanecerem na condição de ocupados, uma vez que a maior parte deles ocupa a posição de chefe no domicílio e, portanto, têm a responsabilidade do sustento no núcleo familiar.

Ao se examinar a distribuição da população ocupada segundo o setor de atividade econômica (Tabela 2), verificam-se, para todas as faixas etárias, predominância no setor serviços e ampliação das parcelas de trabalhadores a ele vinculadas no decorrer do período em análise. No entanto, na medida em que o trabalhador avança na idade, aumenta a participação desse setor na ocupação. Assim, em 2002, enquanto, entre os indivíduos nas faixas mais jovens (de 10 a 24 anos e de 25 a 39 anos), a parcela ocupada no setor serviços atingia 47,9% e 51,7% respectivamente, para os de 40 anos ou mais a proporção elevava-se para 55,1%. A construção civil e os serviços domésticos também apresentam comportamento similar: conforme aumenta a idade, maior é a participação relativa desses setores. Com relação aos setores da indústria e do comércio, ao contrário, quanto mais jovem for o trabalhador, mais se eleva a participação desses setores na ocupação. De fato, segundo os dados da Tabela 2, enquanto, entre os indivíduos de 10 a 24 anos e os de 25 a 39 anos, a parcela ocupada na indústria atingia, respectivamente, 23,0% e 20,6% e, no comércio, 20,9% e 15,9%, para os trabalhadores de 40 anos ou mais a parcela ocupada nesses setores representava apenas 14,9% e 13,7%. Acrescente-se que a indústria, embora permaneça como o segundo setor em magnitude na absorção de mão-de-obra, foi aquele cuja participação mais se reduziu em todas as faixas de idade, notadamente entre os mais jovens, de 10 a 24 anos, para os quais a indústria teve diminuição de 6,4 pontos percentuais de 1993 a 2002.

Na inserção setorial da população com 40 anos ou mais, segundo o sexo dos indivíduos, em 2002, os serviços domésticos apresentavam predominância na ocupação das mulheres (20,5%)⁸, e a construção civil, na ocupação dos homens (11,3%). Já na comparação com 1993, na ocupação feminina, diminuiu a participação da indústria (de 15,9% para 10,8%), e aumentou 4,6 pontos percentuais a dos serviços domésticos, enquanto, na ocupação masculina, também diminuiu a participação da indústria, embora em ritmo menos intenso (de 21,7% para 18,2%), e aumentou a participação dos serviços (de 50,3% para 54,8%).

⁷ A esse respeito, consultar Galeazzi (1994).

⁸ A proporção é de 30,0%, quando se considera a população feminina com idade superior ou igual a 60 anos.

Tabela 2

Distribuição percentual dos ocupados, por setor de atividade e faixa etária, na RMPA — 1993 e 2002

SETORES DE ATIVIDADE	1993				2002			
	Total	10 a 24 Anos	25 a 39 Anos	40 Anos ou Mais	Total	10 a 24 Anos	25 a 39 Anos	40 Anos ou Mais
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	24,2	29,4	24,9	19,5	18,9	23,0	20,6	14,9
Construção civil	5,9	4,2	5,8	7,4	5,3	3,8	4,9	6,5
Comércio	16,3	21,5	15,2	13,8	16,1	20,9	15,9	13,7
Serviços	46,9	38,1	47,9	52,3	52,2	47,9	51,7	55,1
Serviços domésticos	6,1	6,2	5,8	6,4	7,2	4,2	6,8	9,4
Outros (1)	0,6	(2)-	(2)-	(2)-	0,3	(2)-	(2)-	(2)-

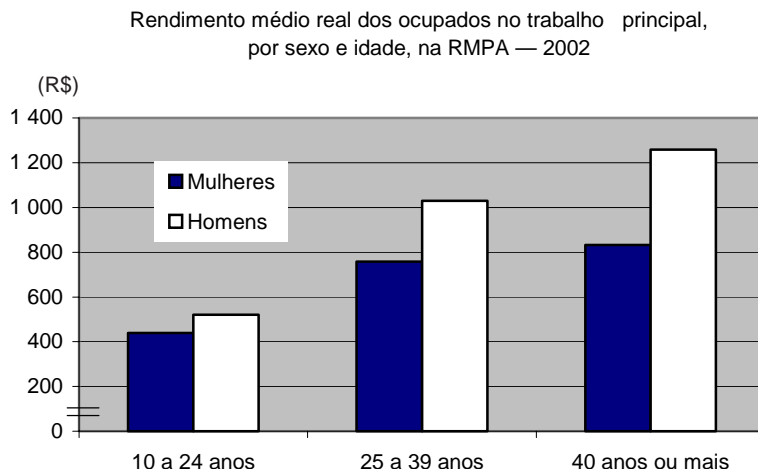
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) Inclui outros setores. (2) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

Passando-se ao exame dos rendimentos médios dos ocupados segundo grupos de idade, é possível observar alguns fatos importantes. Em 2002, a maior remuneração correspondia aos trabalhadores com mais idade: 40 anos ou mais (R\$ 1.068,00). Esse valor decresce, linearmente, quanto menor for a faixa etária: R\$ 908,00 para o segmento de 25 a 39 anos e apenas R\$ 485,00 para o de 10 a 24 anos. Na comparação com 1993, os grupos extremos apresentaram elevação em seus rendimentos, sendo de forma mais intensa para aquele de 40 anos ou mais (5,2%), enquanto os trabalhadores de 25 a 39 anos sofreram redução de 2,9%.

Os diferenciais de rendimentos entre os sexos podem bem ilustrar a maior fragilidade da inserção da força de trabalho feminina no mercado de trabalho. Obedecendo à mesma ordem anterior, a remuneração percebida pelas mulheres é tanto maior quanto mais idade elas tiverem. Observa-se, no entanto, que as diferenças entre os sexos são bem mais expressivas quanto mais madura for a mulher. Assim, o rendimento médio percebido pela força de trabalho feminina com idade de 40 anos ou mais correspondia, em 2002, a 66,2% (R\$ 833,00) do obtido pelos homens (R\$ 1.259,00), enquanto, no grupo das mulheres de 25 a 39 anos, correspondia a 73,6%, e, no das jovens de 10 a 24 anos, a 84,4% (Gráfico 3).

Gráfico 3



FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: Foi utilizado o inflator IPC-IEPE; valores em reais de set./03.

Na análise segundo classes de rendimentos por salários mínimos, percebe-se, igualmente, conforme a Tabela 3, que os trabalhadores com 40 anos ou mais se encontram mais bem posicionados que os das demais faixas etárias. Assim, comparando-se com os outros segmentos etários, em 2002, esses indivíduos estavam concentrados, em maior medida, no estrato de renda superior a cinco salários mínimos (30,5%) e, em menor medida, no de um a três salários mínimos (45,0%). Pode-se observar, entretanto, que quase a metade dessa força de trabalho obtém ainda baixos níveis de renda, o que dificulta enormemente, principalmente para os chefes de domicílio, o sustento do núcleo familiar. A situação fica ainda mais difícil para os segmentos mais jovens, principalmente o de 10 a 24 anos, que chegava a concentrar 75,6% na categoria de um até três salários mínimos, enquanto o de 25 a 39 anos concentrava 50,1% na mesma categoria.

O tempo de permanência no trabalho é um dos indicadores que caracteriza a maior estabilidade no mercado de trabalho. Em 2002, o maior tempo médio de permanência entre os trabalhadores ficou por conta dos mais velhos (40 anos ou mais), os quais apresentavam, em média, 107 meses de permanência no traba-

lho (quase nove anos), bem acima do tempo de permanência dos trabalhadores de 25 a 39 anos (51 meses) — cerca de quatro anos — e daqueles entre 10 a 24 anos (17 meses). Esses resultados parecem confirmar algumas vantagens relativas aos trabalhadores com mais idade, os quais acumulam mais experiência, responsabilidade e conhecimento, não obstante, com as mudanças introduzidas na organização do trabalho, tenham que reciclar sua formação.

Tabela 3

Distribuição percentual da população ocupada, segundo classes de salário mínimo e faixa etária, na RMPA — 1993 e 2002

SALÁRIOS MÍNIMOS (SMs)	1993			2002		
	10 a 24 Anos	25 a 39 Anos	40 Anos ou Mais	10 a 24 Anos	25 a 39 Anos	40 Anos ou Mais
Menos de 1	8,7	3,5	5,7	7,2	3,6	5,4
De 1 a 3	70,3	46,2	44,1	75,6	50,1	45,0
De 3 a 5	14,2	22,5	20,6	12,5	21,9	19,1
Mais de 5	6,8	27,8	29,6	4,7	24,4	30,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: Distribuição calculada com base em valores em reais de set./03.

Tomando-se, por fim, o perfil dos ocupados segundo a escolaridade (Tabela 4), observa-se, em 2002, que os adultos com 40 anos ou mais apresentavam a maior proporção dos ocupados sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (42,3%). A maior incidência de pessoas que concluíram ao menos esse nível de ensino ficou por conta dos trabalhadores mais jovens, de 10 a 24 anos de idade (77,5%). Já na comparação com 1993, havia apenas 48,9% desses jovens que ao menos haviam concluído esse mesmo ensino. Tal evolução pode ser tomada como um indicativo da importância da educação para os jovens na conquista de um posto de trabalho, o que pode estar sendo induzido, em boa parte, por alterações na própria demanda por trabalho vinculadas à reestruturação produtiva em curso, que está a exigir melhor qualificação da mão-de-obra. Somando-se todos aqueles que concluíram ao menos o ensino médio completo, o maior percentual, em 2002, aparece entre os ocupados com idade de 25 a 39 anos (49,4%), e a maior parcela relativa dos que concluíram o ensino superior completo ficou entre os trabalhadores adultos com 40 anos e mais (17,1%).

Tabela 4

Distribuição percentual dos ocupados, por escolaridade e faixa etária, na RMPA — 1993 e 2002

ESCOLARIDADE	1993			2002		
	10 a 24 Anos	25 a 39 Anos	40 Anos ou Mais	10 a 24 Anos	25 a 39 Anos	40 Anos ou Mais
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem escolaridade	(1)-	1,6	6,5	(1)-	(1)-	2,8
Ensino fundamental incompleto	50,1	41,7	49,6	22,1	31,2	39,5
Ensino fundamental completo (2)	24,7	20,0	15,9	29,1	18,8	17,4
Ensino médio completo (3) ...	22,7	25,9	15,4	46,8	36,3	23,2
Ensino superior completo	1,5	10,8	12,6	1,6	13,1	17,1

FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria. (2) Inclui o ensino médio incompleto. (3) Inclui o ensino superior incompleto.

As mulheres ocupadas, apesar de terem rendimentos inferiores aos dos homens, apresentam uma maior concentração nos níveis mais elevados de escolaridade. Das trabalhadoras ocupadas com idade de 40 anos ou mais, 41,2% tinham, em 2002, pelo menos o ensino médio concluído, enquanto, para os homens nessa faixa etária, esse percentual ficava em 39,6%. A diferença é ainda maior quando se refere ao ensino superior completo: 19,2% para o contingente feminino com mais idade e 15,4% para o masculino. Todavia o nível proporcionalmente mais elevado de escolaridade da mulher trabalhadora não lhe tem assegurado formas mais favoráveis de inserção no mercado de trabalho, ainda que essa característica possa se constituir em pré-requisito, necessário, mas não suficiente, tanto para ingresso no mercado de trabalho quanto para conquistar melhores condições de trabalho e de renda.

4 - O desemprego

A série da PED-RMPA ao longo do período 1993-02 mostra uma pequena elevação da taxa de participação global no mercado de trabalho, a qual se elevou de 57,0% em 1993 para 57,5% em 2002. Na análise segundo a variável idade, o comportamento dessa taxa apresenta-se de forma diferenciada: enquanto, para os jovens de 10 a 24 anos, a taxa de participação permaneceu estável em 44,2%,

os outros grupos apresentaram elevações. Assim, o segmento de 25 a 39 anos aumentou a sua taxa de 78,0% para 81,7%, e o de 40 anos ou mais, de 50,8% para 52,2%, elevando a participação desses trabalhadores na PEA.

O aumento da PEA em números absolutos foi consideravelmente maior para os adultos com 40 anos ou mais, os quais apresentaram uma elevação de 50,2% entre 1993 e 2002, o que significou um acréscimo da ordem de 216 mil pessoas, atingindo um contingente de 646 mil face aos 430 mil trabalhadores de 1993. Assim, esse segmento passou a ter, em 2002, a mesma representação proporcional na PEA daqueles de 25 a 39 anos (658 mil pessoas), os quais, tradicionalmente, detinham maior participação no mercado de trabalho.

No entanto, tomando-se o contingente de pessoas ocupadas com 40 anos ou mais, observa-se que, comparativamente ao incremento da PEA, o aumento foi menor, de 44,6% (180 mil novos postos), o que influenciou diretamente no expressivo crescimento do desemprego nesse segmento (138,5%). Assim, no período em análise, houve incremento de 36 mil desempregados com 40 anos ou mais, atingindo um contingente total de 62 mil pessoas em 2002. Com relação aos outros segmentos, a elevação do contingente populacional desempregado foi menor, embora ainda expressivo: 40,0% para os adultos de 25 a 39 anos e 36,4% para os jovens de 10 a 24 anos.

A evolução das taxas de desemprego na RMPA evidencia um significativo aumento ao longo da série da PED, caracterizando-se por altas elevações em todos os segmentos populacionais. A caracterização do desemprego por faixa etária mostra que este é consideravelmente maior entre os jovens, não obstante as faixas com idades mais avançadas demonstrarem uma tendência mais acentuada de evolução no período em análise. Ou seja, em 2002, a taxa de desemprego para os indivíduos de 10 a 24 anos era de 27,8%, enquanto os segmentos de idade superior registraram taxas de 12,8% para os de 25 a 39 anos e de 9,6% para os de 40 anos ou mais. Quanto à evolução das taxas de desemprego entre 1993 e 2002, esta se acentuou para os grupos com mais idade: 57,4% para os de 40 anos ou mais, 32,0% para os de 25 a 39 anos e 21,4% para os de 10 a 24 anos. Assim, pode-se dizer que as taxas de desemprego cresceram, proporcionalmente, mais para aqueles grupos considerados mais estáveis no mercado de trabalho. O maior crescimento do desemprego por parte do segmento adulto maior de 40 anos, aliado ao expressivo aumento de sua participação na População Economicamente Ativa entre 1993 e 2002, resultou na ampliação de sua participação relativa entre os desempregados, a qual passou de 15,0% para 23,3% no mesmo período, enquanto os outros segmentos tiveram a participação reduzida (Tabela 5).

Tabela 5

Taxa de desemprego, taxa de participação, distribuição e estimativa dos desempregados por faixa etária, na RMPA — 1993 e 2002

FAIXAS ETÁRIAS	TAXA DE DESEMPREGO (%)			TAXA DE PARTICIPAÇÃO (%)	
	1993	2002	Δ	1993	2002
Total	12,2	15,3	25,4	57,0	57,5
10 a 24 anos	22,9	27,8	21,4	44,2	44,2
25 à 39 anos	9,7	12,8	32,0	78,0	81,7
40 anos ou mais	6,1	9,6	57,4	50,8	52,2

FAIXAS ETÁRIAS	DISTRIBUIÇÃO DOS DESEMPREGADOS (%)		ESTIMATIVAS DOS DESEMPREGADOS (1 000 pessoas)	
	1993	2002	1993	2002
Total	100,0	100,0	174	266
10 a 24 anos	50,5	45,1	88	120
25 à 39 anos	34,5	31,6	60	84
40 anos ou mais	15,0	23,3	26	62

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Outra característica relevante a ressaltar é que as taxas de desemprego entre as mulheres, na Região, de acordo com a Pesquisa, têm apresentado patamares bem mais elevados do que os encontrados para a população masculina, e quanto mais jovem for a força de trabalho feminina, mais alta será a taxa de desemprego. Assim, em 2002, a taxa era de 32,2% entre as mulheres mais jovens, de 15,6% para as de 25 a 39 anos e de 10,6% para as adultas de 40 anos ou mais. No entanto, seguindo o comportamento da taxa de desemprego total, a evolução da taxa, no período em análise, foi mais expressiva para as mulheres de idade mais elevada, com incremento de 58,2%.

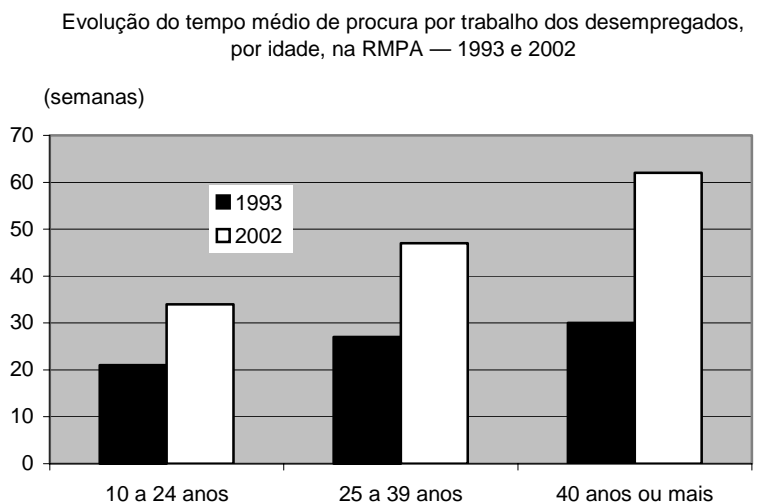
Os chefes de domicílio adultos com 40 anos ou mais apresentavam a menor taxa de desemprego relativamente às outras posições, não obstante esta ter tido o maior aumento (50,8%) entre 1993 e 2002. Tal segmento representava, em 2002, cerca de 63% da mão-de-obra desempregada dessa faixa etária, seguindo-se a posição de cônjuge (27,5%), dado que as outras posições, tal como a de filhos, quase inexistem nessa faixa etária.

O desemprego estrutural que se vem configurando de forma expressiva a partir dos anos 90 se expressa na dificuldade de conseguir uma ocupação, o que pode ser medido através do tempo médio despendido na procura de trabalho. Entre os diferentes grupos etários, observa-se que os trabalhadores adultos

com mais idade são os que despendem um tempo mais prolongado: em 1993, um desempregado com 40 anos ou mais despendia, em média, mais de sete meses (30 semanas) na busca de uma ocupação, passando, em 2002, para a impressionante marca de 62 semanas (cerca de um ano e dois meses). Tal resultado vem confirmar a enorme dificuldade com que esse contingente populacional se depara para sua inserção no mercado de trabalho, que parece dar preferência aos trabalhadores relativamente mais jovens, uma vez que o tempo médio despendido pelos outros segmentos etários tem sido bem menor (Gráfico 4).

Entre o total de mulheres desempregadas, o tempo médio despendido na procura de trabalho foi superior ao dos homens. Em média, enquanto a força de trabalho feminina, em 2002, precisava de 47 semanas para encontrar um novo emprego, a masculina necessitava de 42. No entanto, quando se considera apenas o contingente desempregado com idade de 40 anos ou mais, o feminino equipara-se ao masculino com relação ao tempo de procura (62 semanas), demonstrando que a idade elevada tem prevalência sobre a questão de gênero.

Gráfico 4



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

5 - Considerações finais

O processo de envelhecimento da população na Região Metropolitana de Porto Alegre, movimento em franca expansão, afetou profundamente a composição etária da População Economicamente Ativa, através do aumento significativo da participação dos segmentos adultos com mais idade e da redução da participação dos mais jovens. Assim, proporcionalmente, a parcela dos trabalhadores com 40 anos ou mais equiparou-se à daqueles com 25 e 39 anos, via de regra considerada a mais representativa no mercado de trabalho.

O novo modelo de desenvolvimento econômico sustentado por uma modernização produtiva e organizacional afetou profundamente as relações de trabalho, impondo modificações na sua estrutura. O desemprego e o incremento de várias formas de precarização da mão-de-obra passaram a atingir segmentos importantes da força de trabalho, em especial aqueles com maior responsabilidade no sustento familiar, tal como os chefes de domicílio, que, em sua maioria, são trabalhadores adultos com 40 anos ou mais.

Desse modo, os dados anteriormente analisados podem comprovar que os adultos com 40 anos ou mais, apesar de apresentarem os melhores rendimentos, são os que ocupam, geralmente, as posições mais precárias, destacando-se o trabalho autônomo, principalmente para os homens, e os serviços domésticos para as mulheres. Na análise da evolução da ocupação de 1993 a 2002, observam-se, para esse contingente, significativas perdas nas posições mais formalizadas (ocupações assalariadas tanto no setor privado quanto no setor público), com um maior número nas ocupações mais precárias. Paralelamente e na mesma direção, quanto mais o trabalhador avança na idade, mais aumenta a participação dos setores de serviços, da construção civil e dos serviços domésticos na sua ocupação, enquanto a participação dos setores da indústria e do comércio é tanto maior na ocupação quanto mais jovem for o segmento.

Contrapondo essas condições menos favoráveis, o tempo médio de permanência no trabalho é muito maior entre os trabalhadores com mais idade, proporcionando-lhes certa estabilidade na ocupação. Esse indicador parece confirmar a importância da experiência, da responsabilidade e do conhecimento por eles adquiridos ao longo da vida profissional, enquanto, para os mais jovens, na falta desses requisitos, se interpõem grandes dificuldades de inserção no mercado de trabalho, principalmente quando se refere ao primeiro emprego.

Com relação ao desemprego, as taxas cresceram proporcionalmente mais para o grupo de adultos com 40 anos ou mais. A dificuldade de conseguir uma ocupação parece ser bem maior para esses trabalhadores, uma vez que o tem-

po médio despendido na procura por trabalho, além de ser o mais longo, mais que dobrou no período em foco.

Para a mulher adulta com 40 anos ou mais, obedecendo à mesma tendência da população total feminina, as formas de inserção na força de trabalho dão-se em condições ainda mais desfavoráveis, se comparadas com as dos trabalhadores homens da mesma faixa etária, principalmente no que se refere às posições mais precárias na ocupação e à menor remuneração por parte da mão-de-obra feminina adulta.

Enfim, esses resultados parecem indicar que o trabalhador adulto com 40 anos ou mais, nos últimos anos, vem se tornando cada vez mais desprotegido e vulnerável no mercado de trabalho. Daí a necessidade da definição de políticas e programas sociais por parte da sociedade e do poder público, em particular, que atendam à formação e à reciclagem desse trabalhador, que, se desligado do mercado de trabalho, venha a ter melhores possibilidades de ser empregado ou de obter uma ocupação que lhe proporcione o direito à integração laboral e social.

Referências

GALEAZZI, I. M. S. O trabalhador por conta própria. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 165-180, 1994.

GOLDANI, A. M. **Mulheres e envelhecimento**: desafios para novos contratos Intergeracionais e de gênero. Rio de Janeiro, IPEA, 1999.

KRELING, N. H. Gênero e trabalho na terceira idade. **Mulher e trabalho**, Porto Alegre, FEE, FGTAS/SINE-RS, v. 1, p. 97-104, 2001.

KRELING, N. H. Os idosos e as novas evidências nas relações com a família e com o trabalho. In: WILTGEN, R. S.; GARCIA, L. S. (Coord.). **Transformações do mercado de trabalho metropolitano**. Porto Alegre: FEE; FGTAS; SINE-RS, DIEESE; SEADE-SP; PMPA, 2002. p. 97-120.

MOREIRA, M. M. **Determinantes demográficos do envelhecimento brasileiro**, Pernambuco: Fundação Joaquim Nabuco, 2000.

PARECER do Comitê Econômico e Social sobre os trabalhadores idosos. Bruxelas, 2000. Disponível em : <www.CES 1185/2000 FR-IV/LO/dm/fv>

RAMOS, C. A. **Notas sobre políticas de emprego**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão; n. 471).

Espanha. Ministerio de la Presidencia. REAL DECRETO 781/2001 de 6 de Julio, por el que regula un programa para 2001 de renta activa de inserción para trabajadores desempleados de larga duración mayores de cuarenta y cinco años. **Boletín Oficial del Estado**. Disponível em: <<http://www.Boe.es>>

SULLEROT, E. O trabalho das mulheres segundo a idade. In: **História e sociologia da mulher no trabalho**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1970. p. 266-273.

XAVIER SOBRINHO, G. et al. Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, nos anos 90 In: FLIGENSPAN, F. (Coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000. p. 248-316.